

2009 – Ano Nacional da Gestão Pública

Inventário das principais ações em curso

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Carta de Brasília - elementos estruturais:

1. Gestão de pessoas – profissionalizar e capacitar continuamente a força de trabalho.
2. Modelos de gestão – simplificar os processos de trabalho, orientar a atuação do Estado para resultados e incentivar a boa gestão.
3. Instrumentos do ciclo de gestão – propiciar melhor articulação entre planejamento e orçamento, e tornar o modelo de gestão orçamentária menos rígido.
4. Mecanismos de coordenação e integração – desenvolver e implementar mecanismos que propiciem e facilitem a coordenação das ações intra e entre governos.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Carta de Brasília - elementos estruturais

5. Uso intensivo de tecnologia – aprimorar os sistemas de informação, adotar ferramentas de gestão modernas e implementar mecanismos de gestão do conhecimento.
6. Marco legal – rever o marco legal de forma a propiciar as condições estruturais necessárias para a implementação de mudanças de paradigmas, com maior flexibilidade gerencial.
7. Prevenção e combate a corrupção - reforçar e institucionalizar mecanismos de transparência e controle social.
8. Realização de estudos e pesquisas.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Gestão de Pessoas - profissionalização do serviço público:

1. Política de Gestão da Força de Trabalho (SEGES):
 - a. Recomposição da Força de Trabalho com priorização de setores mais carentes, atendimento de demandas inadiáveis e alinhamento às prioridades de Governo;
 - b. Criação de novas carreiras (Desenvolvimento Social PLC nº 130/2008, Analista Executivo PLC nº 3952/2008 e de Infra-estrutura);
 - c. Substituição de terceirizados irregulares;
 - d. Nova sistemática para contratação temporária (Lei nº 8745/93);
 - e. Profissionalização de funções diretivas (Decreto nº 5.497/05, INSS e Projetos de Lei FCPE, DNPM, INPI).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Gestão de Pessoas - profissionalização do serviço público

2. Democratização das relações de trabalho (SRH):
 - a. Projeto de Lei – tratamento de conflitos, institucionalização da negociação coletiva e regulamentação do direito de greve no serviço público;
 - b. 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos – julho BsB;
 - c. Mesa nacional de negociação coletiva.
3. Implementação da Política de Desenvolvimento de Pessoas – SRH/SEGES/ENAP:
 - a. Implantação do sistema de gestão por competências – SRH/ENAP;
 - b. Comitê Gestor de Avaliação de Desempenho;
4. Regulamentação da demissão por insuficiência de desempenho.
5. Reestruturação da gestão das carreiras do ciclo de gestão.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Gestão de Pessoas - profissionalização do serviço público

6. Sistemas e processos de gestão de pessoas (SRH):
 - a. Revisão do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC – SRH;
 - b. Modernização do Sistema de Administração de Pessoal – SIAPE;
 - c. Aprimoramento do processo de auditoria da folha de pagamento e recadastramento do servidor aposentado;
 - d. Formação de multiplicadores em gestão de pessoas;
 - e. Novo sistema de saúde do servidor;
 - f. Novo sistema de previdência básica e complementar;
7. Gestão dos planos de cargos e de carreiras (SRH):
 - a. Reorganização das estruturas dos planos de cargos e das carreiras da APF;
 - b. Implementação de sistemática para avaliação de desempenho;
 - c. Implementação do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SIDEC (lei 11.890/08 – art. 154 a 159);
 - d. Regulamentação das gratificações de desempenho.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Modelos de Gestão:

1. Instituição do modelo de Contratualização: anteprojeto de Lei que disciplina o contrato de desempenho e a aplicação de recursos orçamentários provenientes de economia com despesas correntes (bônus) – (SEGES/SAG);
2. Simplificação do Atendimento ao Cidadão: minuta do decreto (SEGES/SAG);
3. Implementar a nova estratégia de Ação para o GESPÚBLICA/PQGF;
4. Integração de processos dos órgãos e entidades intervenientes nas fronteiras, portos e aeroportos (SEGES/SEAIN/ABDI/CAMEX);
5. Apoio à implementação de melhoria dos processo de registro de agrotóxicos - SEGES/SLTI/SAM/MAPA/MMA/ANVISA;
6. Estruturação das Demandas por concursos e estruturas: proposta de decreto e sistema informatizado (SEGES);
7. Implementação do PRO-REG (SAG/SEGES/SEAE);

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Modelos de gestão

8. Manual de Orientação para Arranjo Institucional de Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal (SEGES);
9. Revisão de normas que emperram a gestão (CGU/SEGES);
10. Revisão da legislação cartorária e notarial – GT interministerial;
11. Reestruturação do SIORG (SEGES);
12. Revisão das carteiras de financiamento externo (SEAIN);
13. Implementação da governança corporativa das estatais (DEST);
14. Melhoria dos processos de gestão do patrimônio da União - SPU;
15. Desenvolvimento de metodologia para avaliação de desempenho institucional; (SEGES/SPI)
16. Ampliação de audiências públicas e consultas públicas como requisito para a edição de normas e regulamentos que tenham impacto sobre direitos ou imponham obrigações ao cidadãos.
17. Aperfeiçoamento da gestão dos projetos com organismos internacionais e dos processos de avaliação de pleitos de apoio externo de natureza financeira (SEAIN)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Instrumentos do ciclo de gestão:

1. Planejamentos e estudos da Dimensão Territorial – SPI;
2. Proposta de Decreto de gestão do orçamento – SOF/SPI/SE;
3. Decreto de gestão do PPA: CMA, CTMA e CTPGV; (SPI)
4. Melhoria do desenho dos programas PPA – modelo lógico (SPI);
5. Programa de Melhoria da Qualidade do Gasto – SOF/INDG;
6. Institucionalização do Fórum de Integração dos órgãos integrantes do ciclo de gestão;
7. Integração dos Sistemas Estruturantes da Administração Pública (SE/SLTI/SEGES).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Mecanismos de coordenação e integração - Agenda Federativa:

1. Implementação da Agenda Nacional de Apoio à Gestão Municipal (SAF/MP):
 - a. Portal federativo, manual de orientação aos prefeitos eleitos e catálogo de programas federais voltados aos municípios;
 - b. PMAT simplificado para gestão municipal (BNDES);
 - c. PNAFM para gestão municipal (MF);
 - d. Universalização da banda larga para os municípios brasileiros, (até 2010);
 - e. Implantação da rede de assistência técnica aos municípios;
 - f. Projeto de Lei que regulamenta a transição de governo.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Mecanismos de coordenação e integração - Agenda Federativa

2. Incorporação dos órgãos federais às centrais de atendimento ao cidadão (CONSAD/SEGES);
3. Aperfeiçoamento dos mecanismos de execução do PNAGE e do PROMOEX (SEGES);
4. Apoio à modernização da gestão para estados - PMAE (BNDES/SEGES/CONSAD);
5. Implantação do Programa Brasil Municípios (SEGES/BID/Comissão Europeia);
6. Implementação do PRODEV: gestão por resultados (SEGES/BID)
7. Simplificação do processo de transferência voluntária para estados e municípios (SEGES).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Uso intensivo de tecnologia:

1. Criação e consolidação de rede de comunicação - INFOVIA Brasília e seu uso para prestação de serviços de telecomunicações (SLTI);
2. Implantação das IN's 02 e 04 de 2008– Terceirização e TI; (SLTI)
3. Implementação do Estatuto das Pequenas e Micro Empresas na área de compras governamentais (SLTI);
4. Definição e Normatização dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-Ping (SLTI);
5. Estruturação e Organização da função TI - SISP (SLTI);
6. Portal do Software Público Brasileiro (SLTI);
7. Portal " Comprasnet " com certificação digital (SLTI);
8. Siconv / Portal de Convênios (SLTI);

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Uso intensivo de tecnologia

9. Projeto de Recondicionamento de Computadores – Decreto n° 6.087/2007 (SLTI);
10. Cartão de Pagamento do Governo Federal – Decreto n° 5355/2005 (SLTI);
11. Regulamentação do Pregão Eletrônico – Decreto n° 5.450/05 (SLTI);
12. Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP – Decreto n° 6258/07, com certificação digital (SLTI);
13. Projeto Padrões Brasil e-Gov – orientações no desenvolvimento de sítios eletrônicos (SLTI);
14. Plano Nacional de Desenvolvimento de Governo Eletrônico (SLTI);
15. Desenvolvimento do SISPAC: monitoramento dos empreendimentos do PAC; (SPI)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Marco Legal:

1. Elaboração do Projeto de Lei Orgânica da Administração Pública Federal (Comissão de Juristas, Portaria nº 426/07);
2. Aprovação do PL da Fundação Estatal (PLP nº 92/2007);
3. Aprovação do PL de gestão, organização e controle social das Agências Reguladoras (PL nº 3.337/2004);
4. Aprovação do PLC nº 32/2007, que altera a Lei de Licitações;
5. Encaminhar ao Congresso Nacional proposta de regulamentação e monitoramento das atividades de Lobby;
6. Aprovação do PL nº 7.528/2006 que dispõe sobre conflito de interesses no exercício de cargo e impedimentos posteriores;
7. Aprovação das PECs (128/2003 e 334/1996) anti-nepotismo;
8. Encaminhamento do PL que disciplina o acesso à informação pública (MP/CGU/Casa Civil);
9. Elaboração e encaminhamento ao Congresso Nacional do PL de defesa do usuário de serviços públicos (art 37, §3º da CF)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Marco Legal

10. Elaboração e envio ao Congresso Nacional da regulamentação do art 173 da CF – estatuto das estatais;
11. Regulamentação da avaliação de desempenho no curso do estágio probatório de 3 anos para fins de aquisição de estabilidade (art. 41 da CF);
12. Regulamentação da Lei de Inovação - Empresa de Propósito Específico; (DEST/SEGES/MCT).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Prevenção e Combate à Corrupção:

1. Criação e estruturação da Controladoria Geral da União - CGU;
2. Criação da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI) no âmbito da CGU;
3. Implementação do Programa "Olho Vivo no Dinheiro Público" (CGU) - promoção da transparência e estímulo ao controle social;
4. Implementação do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública (CGU) com o objetivo de contribuir para a boa e regular aplicação dos recursos públicos pelos entes federados brasileiros;
5. Portal da Transparência - possibilita o acompanhamento da execução dos programas e ações do Governo Federal;
6. Páginas da Transparência Pública - despesas realizadas pelos órgãos e entidades da APF (execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens, entre outras);

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Prevenção e Combate à Corrupção

7. Implementação do “Programa de Fiscalização a partir dos Sorteios Públicos” - fiscalizações especiais, por amostragem.
8. Desenvolvimento de ações para Promoção da Integridade no Serviço Público Federal;
9. “Metodologia de Mapeamento de Riscos de Corrupção” - ferramenta de prevenção à corrupção no âmbito da APF - CGU, em parceria com a Transparência Brasil - projeto piloto;
10. Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCLA - estratégia de articulação e de atuação conjunta entre os órgãos que trabalham com a fiscalização, o controle e a inteligência no Governo Federal, no Poder Judiciário e no Ministério Público do Poder Executivo.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Prevenção e Combate à Corrupção

11. Produção e Disseminação do Conhecimento sobre prevenção e combate à corrupção (CGU) - promover estudos e estimular a produção de conhecimento sobre o fenômeno da corrupção. (Biblioteca Virtual sobre Corrupção; Concursos e Desenho de Redação; Concurso de Monografias; Revista da CGU; Cooperação com universidades; etc)
12. Aprimoramento do Marco Legal (CGU) - aprimoramento das normas para prevenção e combate à corrupção - estudos e proposições nas seguintes áreas: prevenção a conflitos de interesses; acompanhamento da evolução patrimonial dos servidores públicos; intermediação de interesses – a regulamentação do *lobby*; acesso à informação.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Estudos e Pesquisas:

1. Linha de pesquisa sobre emprego público (IPEA, SEGES, ENAP, SRH, IBGE);
 2. Estudo e pesquisa de gestão pública (CAPES, SRH e SEGES);
 3. Levantar referencial sobre Indicadores de gestão para a Administração Pública Federal (SEGES);
 4. Relações do Setor Público com os entes de cooperação e colaboração (terceiro setor) e respectivas normas (OS, OSCIP, SSA, cartórios e fundações de apoio). (SEGES)
 5. Desenvolvimento de metodologia para caracterização e categorização de municípios – eixo: capacidade de gestão (indicadores sócio-econômicos; indicadores de gestão; etc). (SEGES)
 6. Desenvolvimento de metodologia para avaliação da "capacidade operacional" e da "qualidade técnica" da execução de projetos por entes conveniados. (SEGES)
-

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Estudos e Pesquisas

7. Proposta de estratégias para o fomento do governo federal ao associativismo municipal associado à proposição de mecanismos de coordenação e de integração entre municípios e destes com o governo federal; (SEGES/SAF)
8. Implementação do Observatório Nacional da Gestão Pública (SEGES);
9. Desenvolvimento de balizadores técnicos para orientar o planejamento da força de trabalho das organizações públicas que integram a Administração Direta, Autárquica e Fundacional. (SEGES);
10. Estudo dos formatos jurídico-institucionais e desenvolvimento de proposta de Critérios para Revisão da Natureza Jurídica dos Órgãos e Entidades da Administração Pública; (SEGES).